

Voto vulnera o Congresso

Villas-Bôas Corrêa



O voto mirou no que viu; atingiu o que não era seu alvo. O Congresso do PMDB do cruzado, que foi, até a véspera, a Constituinte do doutor Ulysses Guimarães, parecia à salvo da sarai-vada oposicionista que dizimou o governo, catando-o no seu esconderijo e, de quebra, aleijou a candidatura e a legenda do herói da Constituição-cidadã.

Pois não é que o ricochete de balas perdidas arranhou a legitimidade do Legislativo, armando a teia de contradições que ainda vai dar pano para mangas.

Claro que não se questiona a legitimidade formal do Congresso que funcionou como Assembléia Nacional Constituinte e que está livre, espera-se que para sempre, da nódoa dos bionicos.

Não é por aí que o carro pega. Os atuais mandatos parlamentares foram conferidos pelo voto e os pecados e vícios eleitorais não podem ser alegados fora do prazo dos recursos.

Legítimo o Congresso é. Acima de suspeita.

O diabo é que o voto da euforia do cruzado milagreiro que compôs o perfil do Congresso não tem nada a ver com o voto novo em folha, de ontem, do dia 15, que virou o país pelo avesso.

Estamos pois diante de situação singular e embaraçosa: a maioria parlamentar foi repelida pelo voto; os vitoriosos das urnas não têm proporcional representação parlamentar.

Que isso é do jogo, não há dúvida. Mas não passa em branco: produz consequências.

Ora, em cima da poeira do voto, o Congresso será convocado a regulamentar as normas constitucionais que disciplinam a eleição com exigência de maioria absoluta e, portanto, contemplando a hipótese dos dois turnos. Ora tudo isso é novo, novíssimo, vai estreiar ano que vem. É urgente e inadiável montar o esquema da sucessão presidencial, prevendo suas alternativas.

Um dos pontos críticos da arrumação do amanhã que está batendo na porta situa-se na legislação sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão. Como curtimos décadas em jejum de eleição para presidente da República — e a marotagem da eleição indireta pelo Colégio Eleitoral dispensava a maçada de campanha, reduzindo-se à simplicidade da indicação militar do general sorteado no rodízio e o subserviente aval civil do Congresso, — a lei não prevê o direito de acesso ao rádio e TV para a propaganda dos candidatos à corrida presidencial.

É hora de cuidar do assunto. De enfrentar problemas e constrangimentos.

O PMDB e seus ex-parceiros do PFL, do PTB, do PDS desfrutaram de larga vantagem na distribuição do tempo para as eleições que se realizavam. Como na municipal que implodiu o passado e está a exigir a montagem de novo modelo.

A vantagem do PMDB e dos compadres que repartiam entre si as melhores fatias do bolo, sustenta-se em critério democrático, ainda que discutível: na proporcionalidade da representação parlamentar das legendas. Não é fácil inventar outra fórmula. Pode-se aperfeiçoar a que vem sendo aplicada.

Acontece que enquanto os donos do tempo estavam respaldados pelos últimos votos computados, tudo bem.

Agora a conversa é outra. PT, PDT apresentam-se como milionários de votos, vencedores no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Curitiba, São Luís, Natal. Mas as bancadas de Brizola e Lula foram encolhidas pelo voto de 86, na maré alta da popularidade dos preços congelados, com eleitores na formação batida dos fiscais do Sarney.

É evidente que Lula e Brizola não se conformarão com o rateio do tempo para o primeiro turno classificatório das eleições presidenciais do ano que vem em cima do risco do voto de 86 que inflou o PMDB, agora emagrecido pela dieta municipal.

Vão botar a boca do mundo, armar uma tremendo escarcéu. No fim, terá que ser dado um jeito, na velha base de ceder um pouco para não perder tudo.

É apenas um exemplo, talvez o mais nítido.

Toda a legislação complementar e ordinária que se reclama com urgência para a plena execução da Constituição será recortada por plenário onde predominam os derrotados e no qual os vencedores falam por insignificantes minorias, sem peso na decisão.

É verdade que a Constituinte decidiu os temas polêmicos no voto, pendendo para largos avanços sociais, funcionando na confrontação de blocos que engoliram partidos, compondo maioria que somou as nanicas bancadas à esquerda com nacos desgarrados das siglas conservadoras.

Se não é improvável que a composição se repita com os naturais ajustamento, o quadro do futuro é outro. Não mais se trata de votar a Constituição no choque que colocou os moderados frente aos progressistas.

Agora, o de que se vai cuidar é da disputa do poder. Não há aliados ideológicos mas os acertos e desacertos alinhavados com a linha do interesse circunstancial de cada um.

A contradição que se instalou no Congresso alvejado pelo voto é mais um acelerador da crise política. O eleitor revogou o voto de 86 na mais nacional das eleições municipais. O Congresso envelheceu, está superado. Mas é com ele mesmo que a transição terá que ser aviada para o fecho que está próximo mas ainda demora o tempo encomprido pela impaciência.